

Revista de Guimarães

Publicação da Sociedade Martins Sarmento

ESCAVAÇÕES NA CITÂNIA DE BRITEIROS. CAMPANHA DE 1951.

CARDOSO, Mário

Ano: 1951 | Número: 61

Como citar este documento:

CARDOSO, Mário, Escavações na Citânia de Briteiros. Campanha de 1951. *Revista de Guimarães*, 61 (3-4) Jul.-Dez. 1951, p. 455-472.

Casa de Sarmiento
Centro de Estudos do Património
Universidade do Minho

Largo Martins Sarmiento, 51
4800-432 Guimarães
E-mail: geral@csarmiento.uminho.pt
URL: www.csarmiento.uminho.pt



Este trabalho está licenciado com uma Licença Creative Commons
Atribuição-NãoComercial-SemDerivações 4.0 Internacional.
<https://creativecommons.org/licenses/by-nc-nd/4.0/>

Escavações na Citânia de Briteiros

Campanha de 1951

POR MÁRIO CARDOZO

Pres. da Soc. Martins Sarmiento e
Director do Museu de Arqueologia

Após o falecimento, em 1899, do explorador da Citânia de Briteiros, ficaram as ruínas, durante mais de trinta anos, completamente desprovidas dos cuidados e do interesse que a Martins Sarmiento tanto haviam merecido. Nunca mais ali se praticaram quaisquer escavações, não obstante o insigne arqueólogo ter contemplado, nas suas disposições testamentárias, a Instituição de que era Patrono espiritual — a Sociedade Martins Sarmiento — com uma pequena propriedade rústica, cujo rendimento seria destinado a custear o prosseguimento das pesquisas naquela famosa estação arqueológica. O matagal de novo invadiu tudo, a pouco e pouco, cobrindo os restos das edificações que o explorador havia posto a descoberto nessas ruínas milenárias, onde, durante oito anos consecutivos de trabalhos, tinha dispendido muito esforço e muito dinheiro. Tal o destino das obras humanas, quando o seu criador, por mais sábio que seja, trabalha isoladamente e não procura fazer escola, nem deixar discípulos. Foi o caso de Martins Sarmiento, como o tem sido de tantos outros.

Três décadas volvidas, quis, porém, o destino que um prestimoso cidadão, possuidor de casa avoenga em Briteiros, o falecido Dr. João Antunes Guimarães, sócio honorário da Sociedade Martins Sarmiento, fosse convidado a ocupar o cargo de Ministro do Comércio e das Comunicações. Nutrindo por aquelas ruínas, tão abandonadas nesse tempo, e pela obra científica de Martins Sarmiento o respeito e a admiração que a todos deviam merecer, decidiu,

pelos fins de 1929, facultar à Sociedade o auxílio que a sua prestigiosa posição política lhe permitia, no sentido de ser-lhe concedida uma verba suficiente para os necessários trabalhos de limpeza e de conservação que urgia levar a efeito na Citânia ⁽¹⁾, tanto mais que, no ano imediato, teria lugar no nosso país o Congresso Internacional de Antropologia e Arqueologia Pré-históricas, em cujo programa os seus organizadores haviam incluído uma visita dos congressistas à célebre estação de Briteiros, à semelhança do que sucedeu noutra reunião do mesmo Congresso, que em 1880 se realizara igualmente em Portugal. Mas o Dr. João Antunes, que foi, como o Prof. Alfredo Magalhães, um dos maiores impulsionadores da campanha de protecção e de reintegração dos nossos monumentos arqueológicos e artísticos, não se limitou a subsidiar a Sociedade com a quantia indispensável para acudir à conservação das ruínas de Briteiros: quis também dotar a importante jazida arqueológica com uma estrada de acesso que, de futuro, oferecesse aos visitantes um percurso cómodo e fácil ⁽²⁾. Iniciaram-se logo os trabalhos com grande actividade, e até com tamanha felicidade que, dentro em pouco, a remoção de terras, no corte da estrada praticado na encosta sul do monte, punha casualmente a descoberto um notável monumento funerário ⁽³⁾, que veio resolver, finalmente, o antigo e debatido problema científico acerca do significado da monumental estela ornamentada, de tradição céltica, existente no Museu de Guimarães e proveniente da Citânia, conhecida dos nossos antiquários, desde os começos do século XVII, pela designação de «pedra formosa».

A notável descoberta, ocorrida em 1930, provocou o despertar do fogo sagrado, o ressurgir dos cuidados de conservação e das novas explorações da Citânia, que desde a morte de Sarmento tinha sido votada ao esquecimento, completamente abandonadas

(1) *Revista de Guimarães*, XXXIX, 227-229.

(2) *Idem*, XL, 76 e 206.

(3) *Idem*, XL, 208 e XLI, 55.

estas ruínas notabilíssimas, que constituem um dos mais típicos exemplares dos velhos povoados proto-históricos existentes nos montes do norte de Portugal e da Galiza. Foram então executados na Citânia, nos anos de 1930, 31 e 32 ⁽¹⁾, com subsídios do Estado, alguns trabalhos, que se estenderam também ao Castro de Sabroso, orientados pelo Dr. Ricardo de Freitas Ribeiro, o qual fazia parte da Direcção da Sociedade Martins Sarmento, na qualidade de conservador dessas duas estações arqueológicas entregues à guarda desta Colectividade.

Mas a 1.^a campanha, propriamente dita, de escavações sistemáticas na Citânia, posteriormente à morte de Sarmento, só teve verdadeiramente lugar em 1933-34, ainda sob a direcção de Freitas Ribeiro ⁽²⁾. Em 1935-36 realizou-se a 2.^a campanha de exploração científica, já sob a orientação de quem estas linhas subscreve, que desde 1932 vinha exercendo o cargo de presidente da Direcção da Sociedade. Nessa campanha tomaram os trabalhos um grande incremento, reconstituindo-se vários lanços da tríplice muralha da organização defensiva do povoado, numa extensão de mais de um quilómetro de muros com uma espessura média de 2 metros ⁽³⁾.

Daí por diante, a partir do ano de 1937 até hoje, não mais deixaram de realizar-se anualmente campanhas de escavações arqueológicas na Citânia de Briteiros, subsidiadas pela Direcção Geral dos Edifícios e Monumentos Nacionais e orientadas por nós, sob o ponto de vista técnico, como delegado da Sociedade Martins Sarmento ⁽⁴⁾, à excepção das que tiveram lugar nos anos de 1942, 43 e 44, que foram dirigidas pelo prof. José de Pina, e nos anos de 1945-46 pelo prof. António de Azevedo, visto que, durante esses anos, estivemos ausentes de Gui-

⁽¹⁾ *Revista de Guimarães*, XL, 74, 75 e 207; XLI, 113.

⁽²⁾ *Idem*, XLIV, 205 e 267.

⁽³⁾ *Idem*, XLV, 71, 164 e 166.

⁽⁴⁾ *Idem*, XLVI, 159; XLVII, 199, 208 e 288; XLVIII, 38 e 179; XLIX, 60, 72 e 74; L, 169; LI, 151 e 431, LII, 112; LIII, 247; LIV, 70; LV, 173 e 189; LVI, 345 e 348; LVII, 100, 104, 105, 215 e 217; LVIII, 343; LIX, 406; LX, 518.

marães, sendo por esse motivo os trabalhos confiados àqueles membros da Direcção da Sociedade.

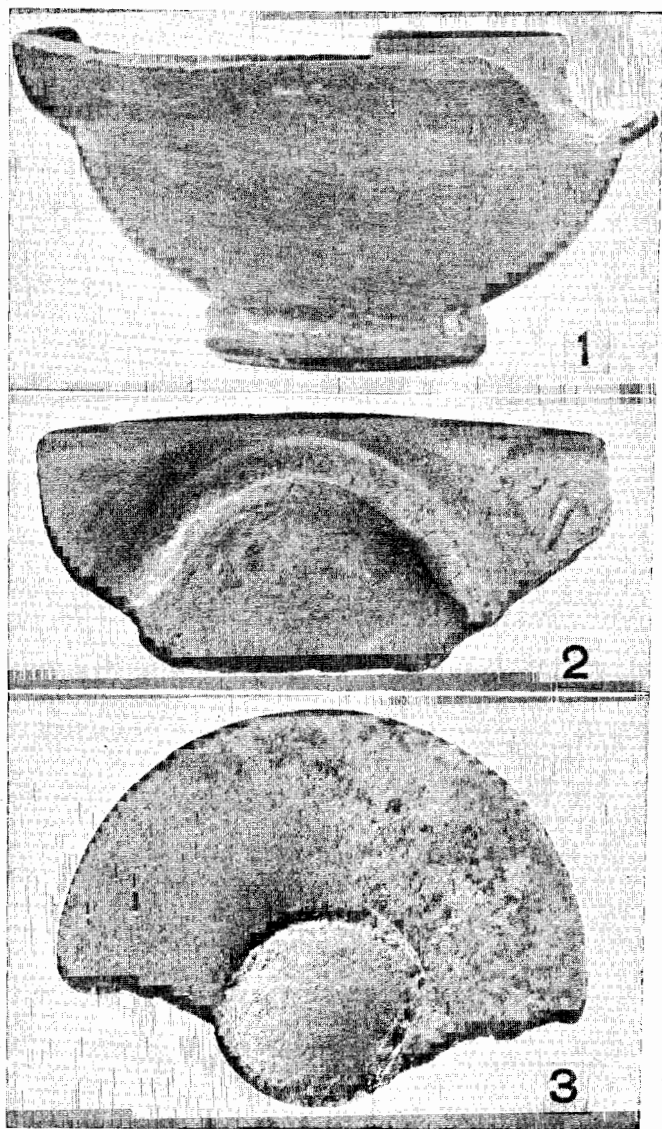
Em 1947 retomamos a direcção das escavações, que até ao ano corrente temos ininterruptamente acompanhado. Foram assim realizadas, desde 1933 a 1951 inclusivé, 19 campanhas de escavações na Citânia, em anos consecutivos, mercê do inteligente e benemérito auxílio facultado pela Direcção Geral dos Edifícios e Monumentos Nacionais à nossa Sociedade. Dispendeu-se em todas estas campanhas de investigação arqueológica, incluindo a do ano corrente, a quantia global de uns 180.000\$00 escudos. Pena é que as verbas anuais concedidas não tenham permitido, pela sua manifesta exiguidade para trabalhos desta natureza, a execução de um mais vasto plano de escavações, que pusesse a descoberto toda a velha cidade, em grande parte ainda soterrada.

No corrente ano, a quantia votada pela Direcção Geral dos Mon. Nac. foi, como a concedida em 1950, de 9.500\$00 esc. Começaram as escavações em 10 de Setembro e terminaram em 6 de Outubro, tendo durado apenas 23 dias úteis. Trabalharam ali diáriamente 24 pessoas, sendo 10 homens (jornaleiros e pedreiros) e 14 mulheres, transportadoras das terras.

Foram atacados dois sectores na encosta do lado nascente, um dos quais abrangendo uma pequena zona, 100 metros a N.O. da casa do guarda das ruínas, outro na zona que fica a uns 130 metros a N. da mesma habitação do guarda. No primeiro destes dois locais, foi posta a descoberto uma casa de planta circular, bem como alguns muros de suporte das terras; no segundo local foram restauradas algumas paredes e exumada a maior parte dos objectos mobiliários avulsos recolhidos nesta campanha, os quais deram entrada no Museu de «Martins Sarmiento». Consta esse espólio dos objectos a seguir mencionados:

Cerâmica, vidro e pedra

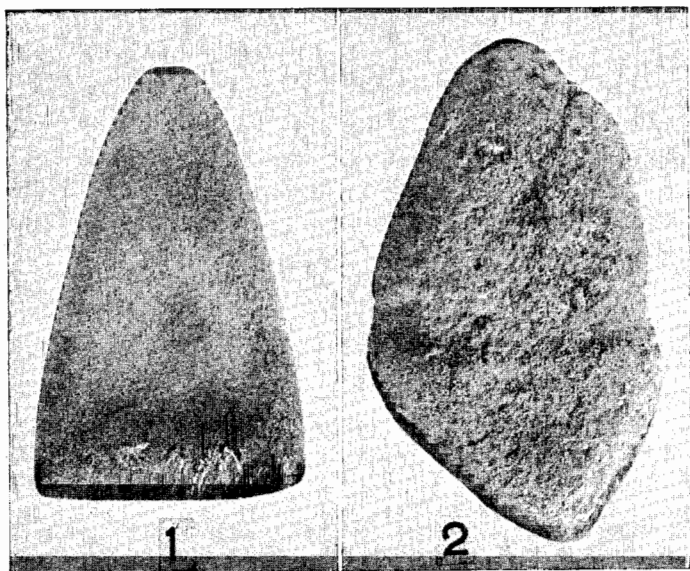
— Fragmentos de um grande vaso (*dolium*) com ornamentação em relevo, contendo uma inscrição gravada (vide *Est. III e IV*). Foi o achado mais



Objectos cerâmicos encontrados nas escavações da Citânia

1. Taça de «terra sigillata» (tam. nat.) 2. Fragmento do bordo de um vaso com asa ($\frac{1}{8}$ do tam. nat., aprox.) 3. Parte de uma tampa de barro ($\frac{3}{4}$ do tam. nat., aprox.)

Est. II



Objectos arcaicos encontrados nas escavações da Citânia

1. Machadinho de pedra polida (tam. nat.) 2. Pico de pedra, com sulco na parte média (para encabamento ?) ($\frac{1}{8}$ do tam. nat.)

importante, e a ele aludiremos adiante, com maior detalhe.

— Numerosos fragmentos de «terra sigillata» ⁽¹⁾, uns lisos, outros com ornatos em relevo, constituídos por circunferências entrelaçadas, palmetas, etc. De entre os fragmentos lisos foi possível restaurar em parte uma pequena taça, do formato 27 da classificação tipológica de Dragendorff, infelizmente sem marca de oleiro (*Est. I, n.º 1*).

— Fragmentos de cerâmica de vários tipos, lisa, pintada, ou com ornamentação incisa, um dos quais contendo uma asa de um modelo inédito nas colecções do Museu (*Est. I, n.º 2*), outro constituindo um bocal trilobado, outro ainda uma tampa de vasilha (*Est. I, n.º 3*), outro, finalmente, um bordo de vaso de louça pintada, de barro muito fino, de pasta esbranquiçada e frágil, e uma asa do mesmo tipo cerâmico.

— Dois dos vulgares pesos de barro, utilizados nos teares.

— Um fragmento de vidro, de cor verde clara.

— Uma pequena conta de colar, de vidro fosco (ou de âmbar?).

(1) A designação geral de «terra sigillata» está longe de ser rigorosamente exacta, especialmente quando se trate de exemplares que, embora manufacturados com a pasta característica coberta do conhecido verniz coralino, ou vermelho amarelado, não sejam decorados com figurinhas moldadas, ou não apresentem qualquer sinete ou marca de oleiro, casos em que o termo *sigillum* seria verdadeiramente apropriado. Todavia, é preferível esta designação genérica a outras vulgarmente empregadas com a mesma extensão, tais como «louça arretina», «saguntina», etc., mas que, de facto, dizem apenas respeito a determinadas estações de fabrico (Arretium, Sagunto, etc.), quando é certo terem existido numerosas oficinas desta cerâmica noutras localidades, quer romanas, quer das províncias ocidentais do Império — gaulesas, hispânicas, germanas, africanas, etc. Mais imprópria ainda é a designação de «louça samiana», pois as influências helenísticas que este tipo de cerâmica, exclusivamente ocidental, porventura recebeu de Samos, não foram mais acentuadas do que as recebidas de quaisquer outros centros de origem e expansão de protótipos gregos e da Ásia Menor, como por exemplo de Pérgamo, Myrina ou Priene (Vide F. Oswald e T. D. Pryce, *An Introduction to the study of Terra Sigillata*, Londres, 1920, p. 3-4).

—Um pequeno machado de pedra, de tipo eneolítico e forma triangular (*Est. II, n.º 1*), objecto arcaico e intruso neste espólio já de um período avançado da 2.ª Idade do Ferro. A sua presença num meio lusitano-romano só se explica considerando este instrumento de carácter amulético ou simbólico, e já fora de utilização material.

—Uma espécie de martelo ou pico de pedra, com um sulco a meio, igualmente objecto de tipo arcaico (*Est. II, n.º 2*).

Objectos metálicos

—Vários fragmentos de ferro pertencentes a instrumentos indeterminados, por se encontrarem em adeantado estado de corrosão.

—Diversos fragmentos de bronze, de alfinetes do toucado.

—Idem de aros de fivelas e de fibulas.

—Um pedaço do bordo tubiforme de uma vasilha de cobre, enchumado interiormente a estanho, ou chumbo.

—Vários fragmentos de moedas de bronze, ilegíveis.

—Um médio-bronze de Augusto, cunhado em *Ebora* ⁽¹⁾, considerado de alguma raridade pelos especialistas, contendo as seguintes legendas:

PERM · CAES · AVG · PM (*Permissu Caesaris Augusti Pontificis Maximi*)

Cabeça nua de Augusto, à esquerda.

Rev. LIBERAL — ITATIS — IVLIAE — EBOR(ensis)

Em 4 linhas, dentro de uma coroa de louros.

(1) Na colecção numismática do Museu de Guimarães já existia outro bronze igual, encontrado na Citânia por Martins Sarmento. Vide *Revista de Guimarães*, XXII, 100, e Albano Belino, *Catálogo das moedas romanas, celtiberas e visigothicas pertencentes à Sociedade Martins Sarmento*, p. 26, n.º LXXVIII, Porto, 1901. Vide também Luís Pinto Garcia, *Numária eborense*, Évora, 1951, p. 17.

Apareceram também algumas bolotas de carvalho, incarbonizadas. Todos estes objectos se encontravam a bastante profundidade, em terreno cuja superfície intacta estava coberta por um grande aglomerado de pedras e terras para ali deslocadas na ocasião das antigas escavações de Martins Sarmiento.

Vamos agora referir-nos, com o pormenor necessário, ao objecto mais importante aparecido nas escavações desta última campanha — a parte de um *dolium* contendo uma inscrição.

Na segunda semana de trabalhos, surgiram do desaterro dois fragmentos cerâmicos pertencentes ao mesmo vaso, e, por grande felicidade, coincidentes pelos bordos de uma das linhas de fractura, contendo uma legenda de certa extensão, e, por isso mesmo, pouco vulgar. Logo verificámos tratar-se de um achado apreciável, dada, com efeito, a raridade de inscrições de tal natureza, isto é, lançadas em vasos figulinos. Trata-se de uma legenda pertencente às designadas em epigrafia latina por inscrições de carácter *privado*. Foi gravada a estilete de ponta aguda (*stylus*), no barro fresco, logo abaixo do bordo do vaso, e consta de quatro linhas, nas quais se lê claramente o seguinte (vide *Est. III*):

M A X V M
N I S · C A T V R
F I G V L V S · H C
M / N V S · D I I D I T

As letras apresentam tamanho desigual, oscilando a sua altura entre 14 e 19 milímetros. A 4.^a linha é a que contém letras mais pequenas, e a 1.^a as maiores. Os caracteres são do tipo das capitais chamadas *actuariæ* ou *rusticæ*, derivadas da escrita a pincel empregada geralmente nas inscrições parietais, como as que se encontram, por exemplo, em diversas casas de Pompeia. São letras estreitas e altas, traçadas sem o cuidado e a regularidade das

capitais *quadradas*, empregadas na boa escrita monumental da época de César e de Augusto, não deixando contudo de apresentar certa elegância, a denotar a perícia e a mão firme do gravador. Algumas das letras desta nova inscrição citaniense apresentam formas um tanto ou quanto arcaicas, como o L da 3.^a linha, que faz lembrar o tipo *cursivo* pompeiano⁽¹⁾, e o E da 4.^a linha representado por dois traços paralelos verticais.

A inscrição, no seu lado esquerdo, está completa, pois os dois fragmentos em que se encontra gravada ligam a outros, que prolongam esse lado da vasilha e não contém quaisquer caracteres (vide *Est. IV*). Do lado direito, é indiscutível que faltam letras, mas infelizmente não foi possível encontrar os restantes fragmentos cerâmicos que uniriam a esse lado, apesar de cuidadosamente removidas e crivadas as terras provenientes da escavação. Pela observação do conjunto que deste vaso foi possível restaurar, verifica-se, porém, que o espaço liso e sem ornatos onde está gravado o letreiro não deveria ter sido muito mais largo do que os restantes espaços desprovidos de ornato, contidos na mesma parte superior da vasilha, limitados por linhas verticais de protuberâncias mamilares e de meias-canas em relevo. Faltará portanto, desse lado direito, apenas talvez uma letra em cada uma das três primeiras linhas. E, se assim era, poderemos então reconstituir, hipoteticamente, a inscrição do seguinte modo:

MAXVM (i)/NIS·CATVR(o)/FIGVLVS·HO(c)/MVNVS·DEDIT

ou seja:

O oleiro Caturão deu este presente a Maxumino.

Teremos porém, nesta interpretação, de aceitar a palavra *Maxuminis* como um dativo errado ou bárbaro, em lugar de qualquer das formas regulares do singu-

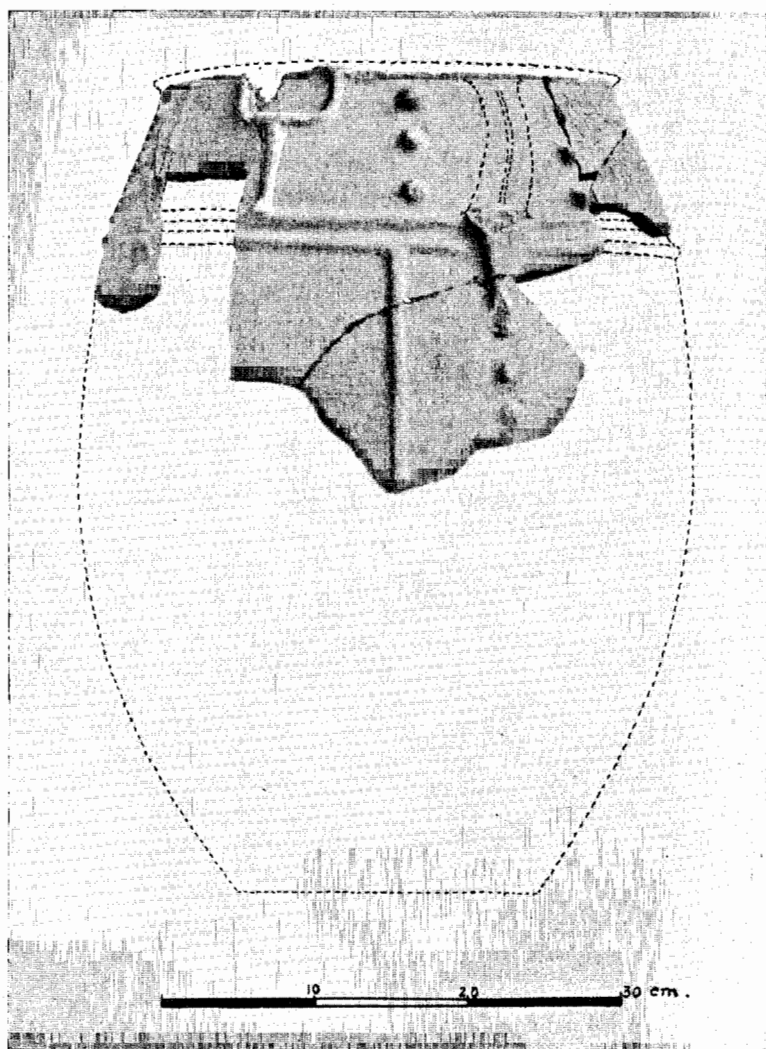
(1) R. Cagnat, *Cours d'Epigraphie Latine*, Paris, 1914, p. 7; P. Baillet Huguier, *Epigrafia Latina*, Barcelona, 1946, p. 9.



*Inscrição contida no vaso (dolium) encontrado nas escavações
da Citânia de Briteiros.*

(Tamanho natural)

EST. IV



Reconstituição das linhas gerais do vaso com inscrição, ao qual pertenciam os fragmentos encontrados na Citânia.

(Na parte superior direita, a inscrição)

($\frac{1}{5}$ do tam. nat.)

lar, *Maxumino* ou *Maxumini*, segundo consideremos a declinação deste nome com o genitivo em *-i*, ou em *-is* (*Maxuminus, i* ou *Maxuminis, is*). A forma *Maxuminis, is*, talvez de carácter provincial, não seria de estranhar, visto que, de modo análogo, o *Corpus I. L.* regista um *Caturis, is*, em lugar de *Caturo, onis*, numa lápide da Província de León ⁽¹⁾, e o malogrado Padre Eugénio Jalhay encontrou igualmente, numa inscrição proveniente de Cárquere, que havia estudado dias antes do seu falecimento, um *Viriatis, is*, por *Viriatu, i* ⁽²⁾, como também já Hübner havia registado no *Corpus* um *Viriatis*, de uma inscrição de Viseu, que classificou de genitivo bárbaro ⁽³⁾, concordando com a douda opinião de Martins Sarmento, anteriormente formulada nesse sentido ⁽⁴⁾. E o mesmo nós verificámos numa inscrição de Chaves ⁽⁵⁾, bem como numa outra procedente da Citânia de Briteiros, cuja leitura rectificámos recentemente ⁽⁶⁾. É curioso atender ao que Jalhay ensinou, dizendo que, em português, os antropónimos correspondentes a estas formas latinas com o genitivo em *-is* deverão, nesse caso, pronunciar-se Viriate, Maximine, e não Viriato, Maximino ⁽⁷⁾.

Consultando alguns epigrafistas sobre a leitura que fizemos desta inscrição, todos admitiram a possibilidade da nossa interpretação. Todavia, quanto à hipótese de considerarmos a palavra *Maxuminis* em dativo do singular, como erro atribuível a um gravador inculto, preferiram alguns tomar aquele nome, não

(1) *C. I. L.*, II, 2685.

(2) Eugénio Jalhay, «Lápides romanas da região de Cárquere», sep. de *Brotéria*, Lisboa, vol. LII, fasc. I, p. 19, e fig. 7.

(3) *C. I. L.*, II, *Supl.*, n.º 5246. O Prof. Manuel Helleno não acha provável o erro do lapicida na palavra *Maxuminis*, como dativo do singular, visto tratar-se de um nome latino de emprego vulgar, ao passo que nos casos apontados dos nomes *Viriatu* e *Caturo* já considera mais admissível um lapso, por serem nomes bárbaros, de origem céltica, latinizados.

(4) *Correspondência epistolar entre Emílio Hübner e Martins Sarmento*, Guimarães, 1947, p. 166 e 168 - nota 3.

(5) Mário Cardozo, *Algumas inscrições lusitano-romanas da região de Chaves*, Chaves, 1943, p. 27.

(6) Eugénio Jalhay, *op. cit.*, p. 20 - nota 5.

(7) *Idem*, *ibidem*, p. 19.

como forma bárbara do dativo de singular, mas sim na sua forma regular do plural. E, neste caso, o dólíio teria sido oferecido «aos *Maximínos*», ou «aos *Maximianos*» (1), podendo tratar-se, por exemplo, de «dois irmãos com o mesmo cognome» (2), ou de qualquer «família, alheia ao ofício de oleiro, e amiga do artifice que a presenteou com a vasilha» (3).

Maxuminus em vez de *Maximínus*, tal como *Maxumianus* e *Maxumus*, etc., não são formas raras na epigrafia latina da Península Hispânica (4): numa inscrição do Museu de Guimarães, consagrada a Júpiter, encontra-se a forma IOVI MAXVMO (5), como igualmente outras inscrições semelhantes regista o *Corpus*, em lápides provenientes de Portugal e de Espanha, por exemplo OPTVMVS MAXVMVS (6),

(1) Conforme já havíamos verificado, e o Sr. P. Batlle Huguet, ilustre Director do Museu Diocesano de Tarragona confirmou, ao examinar a fotografia da inscrição, parece que, no espaço que falta do lado direito do fragmento cerâmico, correspondente ao final da 1.ª linha, existiria mais do que uma única letra (1), sendo verosímil que contivesse duas (1A), e então o nome seria MAXVM(ia)NVS, em vez de MAXVM(i)NVS.

(2) Segundo o Sr. P. Batlle Huguet não seria caso inédito em epigrafia. A mesma hipótese é perfilhada pelo Professor Dr. Lothar Wickert, da Universidade de Colónia.

(3) Segundo o Sr. Prof. Beltrán Martínez, da Univ. de Saragoça.

(4) C. I. L., II, 2015, 2056, 2581, etc. *Maximínus* é um derivado do cognome frequente *Maximus*. Na toponímia portuguesa parece figurar entre os nomes de pessoas que deram a sua designação a lugares (Vid. J. Piel, *Nomes de «possessores» latino-cristãos na toponímia asturo-galego-portuguesa*, Coimbra, 1948, p. 16 e 108). No Termo de Braga, por exemplo, existe a freguesia de *Maximínos*, topónimo a que aludem as Inquirições de D. Afonso II (1220), sob as formas do nosso onomástico medieval—*Meiximínos*, *Meiximínhos*, *Meximínos* (Vide *Portugaliae Monumenta Historica*, Vol. I, *Inquisitiones*, p. 69, 162, 206, 258).

(5) Mário Cardozo, *Catálogo do Museu de Martins Sarmiento, Secção Lapidar*, Guimarães, 1935, p. 45, e C. I. L., II, Supl., n.º 6287.

(6) C. I. L., II, 170. Russell Cortez também cita, num trabalho recente (*Da «terra sigillata» tardia encontrada em Portugal*, Viseu, 1951, p. 65) o grafito *Maxuma*, num vaso de «terra sigillata», procedente da necrópole da Herdade da Chaminé (Elvas), estudada por Abel Viana e publicada nos *Trabalhos de Antropologia e Etnologia*, Porto, 1950, p. 306 ss., e no *Archivo Español de Arqueología*, Madrid, 1950, p. 230 ss.

e ainda a curiosa forma MAXSVMVS, com o X seguido de S ⁽¹⁾.

O nome *Caturo*, de origem céltica ⁽²⁾, também é frequente na epigrafia peninsular. Provenientes da Citânia de Briteiros há no Museu de Guimarães, por exemplo, duas lápides que o contém ⁽³⁾. Uma delas com a simples legenda:

CATVRO
VIRIATIS

Caturão, (filho) de Viriate

e a outra:

CAMALI DOMI
CATVRO

Caturão, da Casa de Câmalo

Seria porventura este «Caturão, da Casa de Câmalo, filho de Viriate» o oleiro que modelou e ofereceu a «Maxumino», ou aos «Maxuminos», ou «Maxumianos», o interessante vaso, agora exumado na mesma Citânia? Não custa aceitá-lo.

É pouco admissível, contudo, que a inscrição fosse consagrada a qualquer pessoa viva. Outro tanto não diríamos se a oferenda do vaso, ou do seu conteúdo, fosse dedicada a qualquer divindade, ou a um morto, durante as cerimónias fúnebres em sua honra ⁽⁴⁾. Mas, por outro lado, como inscrição consagrada a qualquer indivíduo falecido, também

(1) C. I. L., II, 2104 e 2697.

(2) A. Schulten, *Los Cantabros y Astures y su guerra con Roma*, Madrid, 1943, p. 114. Holder regista as formas *Caturis*, *Caturo*, *Caturonus* e *Caturus* (Vide *Alt-celtischer Sprachschatz*, Leipzig, 1896, vol. I, col. 860 e 861).

(3) Mário Cardozo, *Catálogo* cit., p. 9 e 10.

(4) O C. I. L. regista duas lápides funerárias, uma de Tarragona, outra de Cádis, contendo a fórmula de oferecimento ou consagração — *munus supremum*, «última homenagem» (N.ºs 1753 e 4377, indicados no respectivo índice do Supl. ao vol. II, *Notabilia varia*, p. 1202).

seria estranhável, pois a cerâmica que vulgarmente se encontra no espólio das sepulturas da época lusitano-romana é em geral constituída de vasos de pequenas dimensões (*ampullæ, lagoenæ, catini*, etc.) e nunca de grandes *dolia*, como aquele em que foi gravada a inscrição. O Prof. Schulten, inclina-se a crer que esta dedicatória se refere a umas deusas (ninfas?) *MAXVMINAE*. Razão tinha o sábio Professor Leite de Vasconcelos quando afirmava que poucas seriam as inscrições antigas cuja interpretação não desse hoje lugar a dúvidas.

Mas, qualquer que seja a personagem que recebeu esta dádiva, a inscrição é, como se vê, muito curiosa e original. Trata-se de uma autêntica dedicatória, gravada numa linda peça de cerâmica, amorosamente trabalhada pelo artífice oferente. É um novo elemento etnográfico, de indiscutível interesse para o conhecimento dos costumes e da cultura castreja nos começos do século I da nossa era, se do aparecimento da moeda de Augusto, à qual atrás nos referimos, encontrada no mesmo nível da vasilha, bem como do carácter da inscrição e da forma das letras é lícito atribuir essa data ao curioso achado, como supomos aceitável.

Tal como sucede com as legendas em vasos metálicos ou de vidro, também as praticadas em vasos figulinos são geralmente muito curtas, indicando apenas o seu conteúdo, ou simplesmente o nome do oleiro fabricante, antecedido ou seguido da abreviatura da palavra *officina*, ou então o do proprietário da vasilha. Há, todavia, em vasilhas de barro, legendas um pouco mais extensas, como, por exemplo, as gravadas ou pintadas em ânforas e outros vasos de pequenas dimensões, destinados a conter vinho, que apresentavam expressões aclamatórias dirigidas ao bebedor ou ao taberneiro. Tais são os curiosos dísticos desta natureza: «*Antonia dulcis bibbet, propina*», «*Imple me, copo, vini!*» etc. ⁽¹⁾. Desconhecíamos, contudo,

(1) P. Batlle Huguet, *op. cit.*, p. 241, e August Oxé, «*Rheinische Weingefässe mit Aufschriften*», sep. de *Die Heimat*, Krefeld, 1937.

inscrições com o carácter especial desta aparecida agora num vaso da Citânia.

Antes de encerrarmos este relato sumário da escavação do ano corrente em Briteiros, desejamos ainda fazer breve referência às características morfológicas e ornamentais do recipiente onde estava gravada a curiosa inscrição. É uma grande vasilha do tipo *dolium*, como dissemos, trabalhada na roda ou torno do oleiro. O barro é bastante grosseiro, posto que de pasta uniforme, apresentando poucos grânulos de areia ou lamelas de mica, e tem a espessura de 11 a 12 milímetros. A boca era larga, de uns 30 centímetros de diâmetro, e a pança bojuda e sem qualquer estreitamento na parte superior, que marcasse o pescoço. Como não apareceram quaisquer fragmentos da parte inferior, não pode concluir-se categoricamente que o fundo fosse plano, como todavia é natural que fosse. A curvatura dos fragmentos encontrados que houve possibilidade de unir permite, contudo, até certo ponto, uma tentativa de reconstituição das linhas gerais do vaso, que teria um contorno acentuadamente ovóide (vide *Est. IV*).

A decoração era constituída por simples caneluras convexas, umas horizontais circundando o bojo, outras longitudinais, no sentido da altura da vasilha, e ainda por uns botões ou mamilos, igualmente em relevo. O aspecto desta singela ornamentação faz lembrar vagamente uma imitação dos caldeiros de cobre, de tipo irlandês, do final da Idade do Bronze, constituídos por placas ligadas por meio de rebites. O bordo da boca encontra-se esboroadado, mas devia ser curto e ligeiramente recurvo para fora, denotando assim um perfil arcaizante, que lembra, por sua vez, o dos grandes vasos esferoidais, de barro, da estação da Penha (Guimarães), igualmente da mesma época do Bronze final, dos citados caldeiros metálicos. A superfície externa da vasilha foi pintada com uma aguada de tom avermelhado, que se encontra já muito descolorida, posto que ainda visível.

Ficou deste modo enriquecido o Museu Arqueológico de «Martins Sarmento» com mais uma peça inédita, valiosa e rara, procedente da Citânia de Briteiros. Quantas surpresas nos reservarão estas

famosas ruínas, e quantas preciosidades conterão elas ainda no seu seio milenário! Grande serviço continua, portanto, a dispensar à Arqueologia portuguesa a Direcção Geral dos Edifícios e Monumentos Nacionais, patrocinando anualmente tão úteis como frutuosas escavações.

Sociedade Martins Sarmiento.
Guimarães, Outubro de 1951.